

UM QUADRO HISTÓRICO  
DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ALTO  
MADEIRA DURANTE O SÉCULO

---

---

UM QUADRO HISTÓRICO  
DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ALTO  
RIO MADEIRA DURANTE O SÉCULO  
XVIII

CLIVERSON GILVAN PESSOA DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM, BRASIL

ANGISLAINE FREITAS COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

## **UM QUADRO HISTÓRICO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ALTO RIO MADEIRA DURANTE O SÉCULO XVIII**

### Resumo

O presente artigo examina a trajetória dos índios no alto rio Madeira durante o século XVIII. Esta área que possui alta diversidade cultural e uma história indígena ainda pouco conhecida é objeto de uma reflexão histórica da variabilidade de etnônimos no espaço, movimentação por migração ou expansão territorial, assim como o impacto da colonização sobre estes grupos. Demonstra-se como as impressões dos viajantes sobre os povos indígenas são necessárias para a elaboração de um quadro setecentista mais detalhado.

Palavras-chave: Etnônimos, viajantes, alto rio Madeira.

## **AN HISTORICAL PICTURE OF INDIGENOUS PEOPLES OF THE UPPER MADEIRA RIVER DURING THE 18th CENTURY**

### Abstract

This article examines the history of the Indians in the upper Rio Madeira during the eighteenth century. This highly culturally diverse area, with a poorly known indigenous history is the subject of a historical reflection on the variability of ethnonyms in space, movements for territorial expansion or migration, as well as the impact of colonization on these groups. It shows the importance of travelers accounts for a more detailed picture of eighteenth century.

Keywords: Ethnonyms, travelers, upper Rio Madeira.

## **UN PANORAMA HISTÓRICO DE LAS POBLACIONES INDÍGENAS EN EL ALTO RIO MADEIRA DURANTE EL SIGLO XVIII**

### Resumen

El presente artículo examina la trayectoria de los indígenas en el alto rio Madeira durante el siglo XVIII, área que posee gran diversidad cultural y una historia indígena poco conocida. Se trata de una relación histórica de la variabilidad de etnónimos en el espacio, movimientos por migración o expansión territorial, así como el impacto de la colonización sobre estos grupos. Se demuestra cómo las impresiones de los viajeros sobre los pueblos indígenas son necesarias para la elaboración de un panorama setecentista más detallado.

Palabras-clave: Etnónimos, viajeros, alto rio Madeira.

Endereço do primeiro autor para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Rua Augusto Correa, 1. CEP 6675-110 - Belém/PA. E-mail: [cliverson.gilvan@gmail.com](mailto:cliverson.gilvan@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

Às vésperas do tricentenário da carta do padre Bartolomeu Rodrigues – a primeira e mais completa fonte dos povos indígenas que viviam ao longo do rio Madeira no início do século XVIII –, não dispomos ainda de nenhum quadro histórico que apresente os grupos que ocuparam esta área na época da ocupação luso-brasileira. Mesmo Miguel Menéndez (1981), com sua contribuição à etno-história da área Madeira-Tapajós, limitou seu enfoque ao médio e baixo rio Madeira onde os documentos históricos são mais abundantes.

Os índios que estavam assentados neste imenso território foram atingidos com extrema violência durante os primeiros séculos da ocupação europeia, seja através da agressão física, seja pelo etnocídio. O que o colonizador ibérico considerou posteriormente como uma terra nullius, foi na realidade um lugar de encontros, cerimônias, conflitos e até mesmo a etnogênese de grupos importantes para a formação do Brasil, os Tupí, como têm sugerido os estudos linguísticos e os vestígios arqueológicos.

A diversidade cultural e linguística que caracterizava as populações que viviam junto aos rios Madeira, Mamoré e Guaporé aparecem, desde o início do século XX, em pesquisas antropológicas materializadas em mapas linguísticos e cartas etnográficas (Métraux 1942, Mason 1950, Roquette-Pinto 1950, Nimuendajú 1981, 1982, Ramirez 2006, 2010, Crevels & Van der Voort 2008). Mais ao nordeste, a região intermediária que compreende os rios Madeira e Tapajós foi entendida como uma área cultural predominantemente Tupí (Galvão 1979).

Miguel Menéndez (1981, 1992), provido de informações históricas, configura essa área Tupí como um espaço de conflitos e

intensas relações interétnicas que provocaram constante mobilidade na área compreendida entre os dois rios desde o século XVII prolongando-se até o XX.

Embora tenham sido estabelecidas as cartografias culturais e linguísticas que pudessem descrever a ocupação indígena na Amazônia meridional, uma área ainda é pouco contemplada nestas reproduções. Trata-se do curso principal do alto rio Madeira, demarcado em sua formação pelos rios Mamoré e Beni até um de seus afluentes, o rio Ji-paraná. É sobre esta área que focamos esse artigo, a partir de informações dos viajantes do século XVIII.

Ainda que este limite possa parecer arbitrário, sua escolha baseou-se na lacuna sobre o conhecimento da trajetória das populações indígenas, impondo uma reflexão histórica acerca da variabilidade de etnônimos no espaço, movimentação por migração ou expansão territorial, assim como o impacto da ocupação colonial sobre estes grupos. Encontramos as mais representativas entradas lusitanas neste trecho no século XVIII, primeiro por missões jesuítas tardias, quando comparadas ao restante da Amazônia, depois por planos de domínio entre Portugal e Espanha através de projetos de demarcação de fronteiras e, por fim, a substituição dos párocos por diretores civis através da instalação do Diretório Pombalino. Esta lei emancipou os indígenas da tutela eclesiástica, transformando os aldeamentos missionários em vilas civis, na opinião de Brandão (2011), esta ação consistiu uma reforma política e social desastrosa para as populações indígenas.

A partir dos diferentes viajantes que navegaram pelo rio Madeira durante esse período, demonstra-se como suas impressões sobre as populações que encontraram são necessárias para elaboração de um quadro setecentista mais detalhado.

Consideramos o registro de vários etnônimos ao longo do alto rio Madeira pelo método comparativo, sua permanência ou desaparecimento em relação à configuração espacial, o que possibilitou uma reflexão entre etnônimos e a indicação de grupos etnolinguísticos. Ressalta-se como este vasto território deve ser compreendido pela história com auxílio da toponímia.

## AS FONTES DO SÉCULO XVIII E A HISTORIOGRAFIA DO ALTO RIO MADEIRA

A região Amazônica teve um processo de despovoamento que desarticulou diversas sociedades indígenas durante o período colonial. Grandes aldeias e numerosos grupos que ocuparam o curso dos principais rios durante o século XVII e meados do século XVIII foram drasticamente suprimidos, como os *Tupinambarana*, *Iruirí*, *Tapajó* e *Omágua* (Moreira Neto 1988, Porro 1995). A consolidação da colonização portuguesa na Amazônia pode ser entendida da seguinte maneira: 1) durante o século XVII, a preocupação consistiu na expulsão de outros europeus do curso principal do rio Amazonas e seus afluentes; 2) neste século se registra o estabelecimento das primeiras missões religiosas que perduraram até meados do século XVIII, assim como a organização política da colônia; 3) a segunda metade do século XVIII é caracterizada pela política de Pombal através da criação do Diretório dos Índios, que culminou na expulsão dos jesuítas.

A Coroa portuguesa iniciou um projeto expansionista pela América do Sul, investiu em novas entradas em áreas ainda pouco navegadas pelos europeus. Em fins de 1647, sob o comando de Raposo Tavares, duas tropas saíram de São Paulo com 200 portugueses e mais de 1000 índios Tupí com o objetivo de alcançar e apresar os

índios serranos, índios Guaraní do chaco boliviano (Cortesão 1958). Elas atacaram as missões espanholas e desceram os rios Guapaí, Mamoré, Madeira e Amazonas, desembarcando na fortaleza de Gurupá, em 1651, onde encontraram o padre Antônio Vieira que registrou em uma carta o ousado trajeto dessa bandeira (Taunay 1927:294-301, Cortesão 1958:439-449).

Na narrativa desta carta, Vieira diz que as margens dos rios eram habitadas por multidões de nações: “A quinze dias de entradas no rio começaram a ver povoações e aí por diante<sup>1</sup> nenhum dia houve que não vissem alguma, e ordinariamente todos os dias muitas” (Taunay 1927:298). Sem dúvida, estes trechos são dos rios Mamoré, Madeira e Amazonas. Os paulistas relataram ao padre a existência de povoações tão juntas que praticamente não havia espaço entre uma e outra, línguas totalmente diversas, apesar disso, tudo que viram era o que estava circunscrito às ribanceiras dos rios, não sabendo o que havia em territórios além da margem destes (Taunay 1927, Cortesão 1958).

As primeiras tentativas de colonização do rio Madeira deram-se por meio das missões jesuítas, vindas do sentido norte para o sul, ou seja, do rio Amazonas subindo o rio Madeira<sup>2</sup>. A experiência mais importante talvez tenha se dado entre os índios *Iruirixes*. Por volta de 1688, fundou-se uma missão nesta numerosa sociedade que habitava o rio Madeira entre a foz dos rios Aripuanã e Ipixuna, ela dividia-se em cinco nações: *Iruirí*, *Paraparixana*, *Aripuanã*, *Onicoré* e *Tororise* (Leite 1943). Entretanto, a missão foi infrutífera, retornando os jesuítas às missões de Tupinambarana e dos Abacaxis, ambas no rio Amazonas.

Na aldeia de guaiacurupá da missão Tupinambarana, o padre Bartolomeu Rodrigues apresenta notícias dos índios do rio Madeira em todo o seu curso através

de uma carta de 2 de Maio de 1714, enviada ao padre Jacinto de Carvalho (Leite 1943:393-400). Rodrigues relata que os grupos que ocupavam a margem esquerda do rio Madeira, enumerados da foz em direção à cabeceira, tinham os seguintes etnônimos: *Oanta*, *Guajari*, *Purupurú*, *Capaná*, *Guarace*, *Jãoens*, *Pama*, *Caripuna* e *Guaraju*.

O padre chama estes grupos de nações e ressalta que os *Purupurú*, *Jãoens* e *Pama* estão entre as mais populosas e “segue-se a dos Cajaripunás [Caripuna], cuja multidão denotam as muitas e mui populosas aldeias, que debaixo dêste nome, ocupam grande parte dêste sertão. Por último, habitam uma e outra parte do Rio da Madeira a grandiosa nação dos Guarajus” (Leite 1943:393-394). Em relação aos dados de localização dos referidos grupos na área do alto rio Madeira, como será visto adiante, fontes posteriores confirmam a presença dos *Caripuna* e *Pama* como seus habitantes no trecho encachoeirado.

Na outra margem do rio Madeira, Rodrigues fornece as seguintes denominações: *Iruvi*, *Aripuanã*, *Anhangatiinga*, *Terari*, *Unicoré*, *Mura*, *Muca*, *Aruaxi*, *Jaraguari*, *Torá*, *Torarize*, *Arara*, *Maní*, *Curupu*, *Pureru*, *Jaguaretu*, *Abacaxi* (antigos Chichirinins), *Pama*, *Camateri* e *Guaraju*. Nesta margem, os *Arara* localizavam-se na foz do rio Ji-paraná, entendido aqui como limite do alto rio Madeira. Portanto, todos os grupos que antecedem os *Arara* ao sul na margem direita (*Camateri*, *Pama*, *Abacaxi*, *Jaguaretu*, *Pureru*, *Curupu* e *Maní*) foram localizados na área de estudo, limitada ao sul pelos *Guaraju*. Enquanto os *Torá*, *Torarize*, *Jaraguari*, *Aruaxi*, *Muca* e *Mura* estariam situados entre os rios Ji-paraná e o Marmelos, concomitantemente. É nesta área onde se localizavam as designações étnicas mais numerosas, conforme Rodrigues:

“Entra aqui o rio Ipitiá [rio Ji-paraná], povoado todo da nação Arara,

tão numerosa, que igualam os que tem penetrado o seu sertão, às folhas do mato em que habitam. Depois os *Toras* ou *Toratoraris*, que são em tanta multidão, que as mais nações lhe chamam “o Formigueiro”; com estas também habitam os *Jaraguaris* e *Aruaxis*. Vão seguindo as nações dos *Mucas* e dos *Muras*” (Leite 1943:394).

A carta prossegue descrevendo dezenas de outros etnônimos nos tributários deste rio pela parte oriental do médio e baixo curso<sup>3</sup>. Estas informações demonstram que o rio Madeira tinha um número menor de grupos indígenas na margem esquerda, observação esta feita por Menéndez (1981). O relato lacônico provindo de Rodrigues indica ser de algum informante local, possivelmente índios catecúmenos da missão de Tupinambarana que navegaram o rio Madeira e fizeram este reconhecimento, visto que não há registro de portugueses no alto rio Madeira nesse período.

Somente em 11 de novembro de 1722, o sargento-mor Francisco de Melo Palheta, a mando da Coroa portuguesa, partiu de Belém do Pará com o objetivo de reconhecer a via fluvial do rio Madeira e seus formadores<sup>4</sup>, bem como, possíveis ocupações espanholas e potencialidades auríferas. De acordo com a carta escrita pelo rei ao governador João da Maia da Gama, a coroa tinha interesse em estabelecer um comércio com Quito, região rica em prata, de modo que este reconhecimento não seria feito só por esta expedição, mas também por missões (Hugo 1959).

Ao adentrar o rio Madeira, a expedição de Palheta fez a primeira parada nos índios *Juma* (Iumas), onde fizeram arraial para guardar seus materiais, especialmente armamento e canoas, também edificaram uma igreja e construíram *galeotas* (canoas pequenas) para travessia das cachoeiras.

É neste local que os viajantes aguardaram mantimentos, que vieram juntamente com o padre João Sampaio. Deste ponto, seguiram viagem pelo rio Madeira, o padre acompanhou a expedição por um dia e permaneceu em uma aldeia. A expedição contava com 118 pessoas, sendo 88 índios e 30 armas de fogo.

Em junho de 1723, alcançaram a primeira cachoeira chamada Maguary (Santo Antônio) e seguiram viagem: “D'aqui fomos á cachoeira chamada dos Iaguerites, aonde chegávamos véspera de S. João e nella vimos sem encarcimento uma figura do Inferno” (Abreu 1975:116), referindo-se aos obstáculos de pedras que tiveram de enfrentar. A menção da segunda cachoeira denominada “dos Iaguerites” (Teotônio) indica a existência de tal grupo neste local, um etnotopônimo dos *Jaguaretu* também chamados *Jaguarete* (Menéndez 1981). Essa informação auxilia na localização dos grupos relatados pelo padre Rodrigues para a margem direita do alto rio Madeira: ao sul dos *Jaguaretu* povoavam os *Abacaxi*, *Pama*, *Camateri* e *Guaraju*; ao norte os *Pururu*, *Curupu*, *Mani* e os *Arara* na foz do rio Ji-Paraná.

Ao considerarmos esta expedição como uma das primeiras a explorar o curso deste rio, podemos observar que os viajantes se depararam com os nomes dos lugares ainda denominados pelos grupos que ali viviam. Diferente do quadro apresentado pelo padre Rodrigues, o qual estava preocupado com muitas almas a catequizar, a expedição de Palheta preocupava-se em tomar nota dos principais lugares e declarar domínio da Coroa portuguesa neste local.

Assim, o relato da expedição prossegue narrando que “D'aqui continuamos nossa jornada passando cachoeira umas atrás das outras e chegamos á quinta cachoeira, a que chamam Mamiu” (Abreu 1975:116).

Esta cachoeira é atualmente chamada de Girau. Depois chegaram à cachoeira dos Apama (Três Irmãos) e a descreveram que “é tão terrível e tão monstruosa e horri-vel, que aos mesmos naturaes de cachoeiras mette horror e faz desanimar” (Abreu 1975:117). Neste caso, é possível ter uma localização exata dos *Pama* mencionados pelo padre Rodrigues.

Após a sexta cachoeira (Três Irmãos) observaram muitas trilhas de índios e após a passagem da sétima cachoeira (Paredão), encontraram novamente outras trilhas e “lugares frescos”, para onde decidiram enviar um contingente de soldados para trazer o principal ao qual declarariam paz. A apreensão com este grupo era tanta que em seguida foi mandado um segundo cabo para fazer a mesma advertência, e a expedição acampou no local com pouco mais de uma centena de pessoas, onde fizeram picadas em forma de trincheiras “para ter encontro ao inimigo” (Abreu 1975:118). Na manhã seguinte, ouviram-se os rumores dos índios, que com suas armas investiram contra a expedição e puseram-se em fuga o que proporcionou um clima hostil de ambos os lados. Tudo acabou com a chegada do capitão trazendo um velho índio que no pé esquerdo não tinha os dedos e seguia este, três índias e três crianças.

Mesmo com um alto contingente de índios armados na expedição, fica evidente que os lusitanos sentiam-se inseguros, pois sabiam que no trecho encachoeirado havia grupos numerosos e nada amistosos. Além destes, é descrita outra família,

“Chegou logo o ajudante com um lote de gente onde vinha o Principal, Índio moço e mui arrogante, e é certo que chegou com mui pouca vontade porque dizem se atracára com um Índio nosso, mas que vendo o nosso poder aplacára da furia, e assim solto o trouxeram á presen-

ça do nosso Cabo; acompanhava a este dito Principal, dois mocetões, seus filhos, de pouco mais que 15 a 12 annos e duas Indias, mães dos ditos e mulheres do Principal, com mais um rapaz e uma rapariga e todos faziam computo de treze cabeças” (Abreu 1975:119).

Observa-se que o denominado principal era o patriarca da família, que protegia seu território, sobretudo em contato com grupos distintos. Ambos os grupos indígenas não desejavam o contato com estes viajantes, ideia que foi manifestada em suas resistências. Outro dado apresentado pela descrição da expedição diz respeito ao fato de os índios não ocuparem as margens do rio, de modo que não ficavam visíveis para aqueles que tivessem navegando. Foi necessário adentrar na floresta por suas trilhas para encontrá-los, mas não é possível calcular a distância.

Na tentativa de estabelecer contato, os expedicionários não conseguiram se comunicar, pois não falavam sua língua e os índios batiam com as mãos nos ouvidos para demonstrar que não os entendiam (Abreu 1975:119). Na expedição, havia índios aliados dos portugueses, provavelmente estes falavam Tupí ou, como era comum nestas situações, a comunicação era feita pela língua geral amazônica, o *nhe-engatu*, que é uma gramatização jesuítica do Tupí-Guaraní. Logo, concluímos que uma das línguas faladas nas cachoeiras do rio Madeira pelos índios era ininteligível aos Tupí. No entanto, estes viajantes conseguiram manter um diálogo na língua de outro grupo indígena, seus *cunbamenas* (parentes próximos).

Após esse contato, seguiram viagem, atravessaram a última cachoeira (Pederneira) e adentraram no rio Mamoré, assim chamado pelos espanhóis<sup>5</sup>. Neste rio, tiveram grandes prejuízos ao tentar atravessar uma

grande cachoeira, e deste percurso para frente é relatado um encontro com os índios *Caripuna*:

“Estivemos dois dias concertando as duas galeotas e no terceiro dia fomos seguindo viagem, sempre levando por proa aquella machina de pedras e com o trabalho de ir puxando as nossas galeotas até o porto do gentio chamado Cavaripuna, e como os espias deram com um caminho seguido de gentio, mandou o cabo uma escolta boa procurando ao Principal d"quella nação, e se recolheu a dita escolta com seis pessoas, a saber, um Indio de meia idade com dois filhos maiores, duas crianças e a India mãe d"esta familia. E vindo estes taes á presença do Cabo lhes mandou perguntar si entre elles vinha algum principal, ao que respondeu o Indio pae da familia que não, e que temido dos brancos pelos não captivar viviam separados, cada um por seu norte distinguidos e de sua nação, solitario elle vivia n"aquellas brenhas, mas que sabia que o Principal Capejú que da outra banda do rio vivia desejava muito de ter falla de brancos para se comerciar; ouvido pelo Cabo e certificado de seu dizer lhe perguntou que dias se gastaria a chamar o dito Principal Capejú; disse que quatro dias e que elle mesmo o iria chamar e que esperassemos depois de passada a ultima cachoeira, e que por firmeza de sua palavra deixaria na nossa companhia sua mulher e filhos; despediu o Cabo ao Indio (com dois Indios mais nossos que lhe fallavam a giria) com bastantes mimos, de ferramentas, facas e avellorio ao 18 de Julho” (Abreu 1975:121).

Como no caso anterior, os viajantes encontraram os caminhos dos índios na beira do rio e foram ao seu encontro, trazendo uma família do interior até os expedicionários na margem do rio. No relato, é observado que eles viviam divididos em grupos familiares, longe de um possível assentamento principal dos *Caripuna*, talvez pela pressão espanhola do lado boliviano ou por outros grupos rivais.

Outro ponto importante é a referência de um chefe mencionado como principal, o *Capejú*. Este vivia no outro lado do rio (margem esquerda) e, ao que parece, floresta adentro em virtude do tempo para encontrá-lo. Assim como nas cachoeiras do Madeira, os povos não tinham interesse em estabelecer contato com os exploradores e também falavam uma língua desconhecida. Mas, aqui fica evidente que quem manteve o diálogo com esse grupo foram os índios que acompanhavam os viajantes portugueses que falavam a “gíria”, o que pode corresponder à troca de algumas palavras e gestos.

Por dez dias, os viajantes esperaram pelo *Capejú*, mas este encontro não ocorreu. A bandeira de Francisco de Melo Palheta seguiu até o encontro do rio Guaporé (*Iténez*) e Mamoré, por este último prosseguiram viagem em agosto de 1723. Passaram pela missão de Santa Cruz de Cajuáva e deixaram aviso aos padres do reino da Espanha que não ultrapassassem da boca do rio Mamoré e Guaporé, pois alegavam que tais terras pertenciam a Coroa portuguesa (Abreu 1975:128). Deste ponto retornaram descendo o rio Mamoré até alcançar o Guaporé, por onde navegaram por seis dias e contataram os índios da nação *Iténez* (*Itennis*), pertencentes a povoação de São Miguel (Meireles 1989).

Posteriormente, regressaram com objetivo de fazer o trajeto inverso, descendo os rios Mamoré e Madeira. Ao chegar ao local

onde haviam enviado índios para convocar o principal *Capejú*, encontraram três tapuios que, segundo o relato, alegavam serem amigos e vassalos da Coroa portuguesa, de forma que queriam ser batizados. Mas o cabo da expedição declarou que deveriam primeiro aprender a doutrina cristã, deixando como encarregado para ensiná-los o índio chamado Manuel Camacho, e acabaram batizando somente as crianças. Estes índios, de acordo com a descrição, são os *Caripuna* (Abreu 1975:129).

A expedição presenteou-os com ferramentas para fazer roça e plantar. Por fim, o discurso exalta a necessidade de cristianizar os índios daquela região, não apenas os *Caripuna*, mas também seus próximos,

“Tambem fica praticado para si descerem os da nação Apamas e a Matiris, cujas povoações, são cunhamenas d’esta nação Cavari-punnas e agora já estarão junctos e descidos, para roçarem sobre o rio, que são confinantes umas ás outras, a quem tambem o nosso Cabo mandou dar ferramentas e outros mimos” (Abreu 1975:130).

Os cunhamenas são parentes próximos, alianças feitas por casamentos, desta forma os *Pama*, *Matirí* e *Caripuna* podem corresponder a grupos locais falando uma língua em comum e que integraram uma rede unida por casamentos que engloba o baixo curso do rio Mamoré e quase todo o trecho encachoeirado do alto rio Madeira.

Após cumprir a incumbência de navegar todo o curso do rio Madeira, a expedição de Palheta chegou ao arraial localizado na aldeia dos *Juma* em setembro de 1723. Depois dessa entrada oficial e do reconhecimento da região, houve várias tentativas de estabelecer missões jesuíticas próximas ao trecho encachoeirado do rio Madeira como estratégia de ocupação do território

pela Coroa portuguesa e espanhola.

A primeira missão portuguesa fundada, pelo padre Sampaio, próximo ao trecho encachoeirado do rio Madeira foi a Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras, em 1725 (Porro 2011), que possivelmente esteve localizada entre a cachoeira de Santo Antônio e a foz do rio Jamarí. Em 1728, esta missão foi transferida para a margem esquerda na foz do rio Jamarí: “há indícios de se assentar a Aldeia, desta vez, em lugar, perto, mas diferente do primeiro; e neste ano [1730] constava de 338 Índios, a maior parte deles ainda catecúmenos” (Leite 1943:401).

Em seguida, a missão foi transladada para a foz do rio Ji-paraná no sítio Camuan, depois para o Pirocam ou Paraixão e, por fim, para Trocano na margem direita do rio Madeira (Noronha 1862:31). Esta movimentação missionária recuando do alto para o baixo rio Madeira deve-se às represálias dos *Mura*; esses índios foram enganados por um colono português que vendeu alguns *Mura* em Belém enquanto ocorria a “pacificação” do grupo pelo padre Sampaio (Hugo 1959). O nome Santo Antônio das Cachoeiras aparece em 1740 pela última vez no catálogo da Companhia de Jesus que em 1744 passa a ser registrada como Trocano (Leite 1943).

Anselm Eckart, jesuíta alemão, foi encarregado da missão de Trocano em 1755, mas sua função durou somente até o 1º dia de janeiro 1756 quando foi oficializada como a Vila Borba a Nova, que a partir da ordem portuguesa transformava as missões em vilas civis. O jesuíta esclarece que a missão inicial de Santo Antônio das Cachoeiras foi arruinada pelo frequente ataque dos *Mura*. Sobre a breve permanência em Trocano, Eckart nos dá o interessante relato: “Em Trocano havia quatro nações dominantes: Baré, Pama, Torá e Ariquena” (Porro 2011:580)<sup>7</sup>.

Outros trajetos de viagem observados são as experiências de Manoel Félix de Lima e João de Sousa Azevedo que passaram pelo rio Madeira, mas sem possuir um roteiro de viagem prévio por ter um caráter aventureiro. O primeiro esteve acompanhado de devedores e a procura de negociar gados com os espanhóis, o segundo trata-se de um comerciante que buscava explorar minas auríferas e outras riquezas extrativistas.

A expedição de Félix de Lima saiu, em 1742, do Arraial São Francisco Xavier descendo o rio Guaporé onde encontraram diferentes grupos indígenas, uns amigáveis, outros mais belicosos. Em todo o curso do Guaporé, foram encontradas habitações e canoas na margem do rio, por vezes, Félix de Lima procurou manter relações amigáveis trocando quinquilharias com os índios, esse foi o caso de um grupo que usava tipoia e dizia-se pertencente da missão espanhola de São Miguel na margem esquerda, para onde foram conduzidos estes viajantes e posteriormente para a missão de Santa Magdalena de Mojos<sup>8</sup>.

Após passarem pelas missões, os expedicionários retornaram pelo rio Guaporé e prosseguiram pelo Mamoré até alcançar o rio Madeira. Do relato das cachoeiras destaca-se a fome, a infestação de mosquitos, as bestas feras e a embarcação tragada nas cachoeiras. Sobre os índios só existe menção de um lugar no qual haviam residido e da canoa que encontraram em uma cachoeira (Southey 1965). Na foz do rio Jamarí:

“Logo viram à mão direita terreno que fôra roteado para cultura, e os restos de uma colônia fundada pela gente do Pará, que subia o Madeira até esta altura em busca de canela, salsaparrilha e cacau, e de tartarugas, que se não encontram acima das cachoeiras. Havia os *muras* exterminando os colonos,

pele que se achava tão deserto o lugar”(Southey 1965:298).

Mais à frente teriam expelido sem saber índios *Mura* que espreitavam na mata. Depois esses aventureiros foram acolhidos em uma missão jesuítica pelo padre Manoel Fernandes. A viagem de Félix de Lima encerrou-se em Belém, dali foi enviado para Lisboa onde foi preso e inquirido pelos ministros sobre seus descobrimentos (Southey 1965)<sup>9</sup>.

A importância dessa travessia foi decisiva para as Coroas portuguesa e espanhola. Com as informações da navegabilidade do Guaporé, os missionários jesuítas de Mojos planejaram ampliar o domínio do território pertencente à Coroa espanhola pelos rios Madeira, Guaporé e Mamoré, e controlar esta via fluvial, fato que ocorreu em 1743 com a instalação da missão de Santa Rosa de Mojos na margem direita do Guaporé (Pereira 2008).

João de Sousa Azevedo navegou os rios Arinos e Tapajós e alcançou Belém em 1746 através do Amazonas. Em 1749, percorreu os rios Amazonas, Madeira, Mamoré, Guaporé e aportou no Sararé. Diferente do que aconteceu com Félix de Lima que foi preso por suas aventuras, Sousa Azevedo foi detido em Belém pelo governador Francisco P. de Mendonça Gorjão que visava aproveitar os seus conhecimentos na demarcação das fronteiras. O aventureiro comercializava drogas do sertão colhidas por sua gente (escravos africanos) no rio Madeira, rio o qual este viajante navegou sucessivamente. Em 1754, pedia ao rei o direito a concessões de terras e para fazer descimentos dos índios, licença que foi negada (Taunay 1946:245-265).

Embora não haja relato dos índios pelo próprio caráter aventureiro da viagem, esse registro deve ser inscrito na história do rio Madeira como de um comerciante

que seguramente atingiu com violência os índios para garantir os seus lucros oriundos dos recursos que a floresta oferecia (Nimuendajú 1982:114).

Em Julho de 1749, foi atribuída a ordem pela Coroa portuguesa ao sargento-mor Luis Fagundes Machado o comando da expedição que visava explorar a comunicação na extensão dos rios Madeira e Guaporé, e encarregava o secretário do Estado do Maranhão e Grão-Pará, José Gonçalves da Fonseca e o piloto Antônio Nunes de realizar observações astronômicas (Almeida 2009). A “real escolta” saiu do Estado do Maranhão e Grão-Pará e subiu o rio Amazonas, passando pelos cursos dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé até Mato Grosso.

Entre os rios Marmelos e Ji-paraná, é assinalado o lugar onde a expedição de Palheta teria feito “sítio” em 1723 na aldeia dos índios *Juma*. A impressão em todo este trecho resume-se em sentimentos de temor à hostilidade dos índios que comumente apareciam na margem do rio, bem como dos *Mura* que atacavam os alojamentos provisórios dos expedicionários. (Fonseca 1875)

Após o Ji-paraná, em um riacho que deságua no rio Madeira, é apontado um lugar onde teria sido uma aldeia dos índios *Torá* (Torazes) e que fora destruída pelos *Mura*. Aliás, nesta localidade onde deságua o rio Jamarí, encontrava-se cacau em alta quantidade, por isso muitos moradores vindos de Belém vinham colher esta fruta, mas sempre precavidos contra os *Mura* que atacavam nestas paragens. (Fonseca 1875)

Sobre as cachoeiras, o relato de Fonseca destaca as coordenadas geográficas, o relevo, os obstáculos que ofereciam e topônimos intrigantes associados a elas, proporcionando uma boa descrição para os próximos viajantes que desejassem su-

bir este rio. Os únicos vestígios de índios que ele encontrou nesta área foram seis canoinhas de casca de árvore resguardadas próximas da cachoeira Arapacoá (Três Irmãos); mais à frente, ouviu rumores de que índios pacíficos habitavam o rio Abunã, a que chamavam de *Ferreirús* (Fonseca 1875).

A ausência indígena relatada por Fonseca é explicável por dois fatores: 1) Os índios das cachoeiras ocupavam mais o interior do que as margens do rio, de forma que suas habitações não eram visíveis para aqueles que navegassem; 2) após a “real escolta” ter recebido mantimentos nas missões portuguesas do baixo rio Madeira, teria sido ordenado que não fizessem nenhuma parada enquanto não estivessem próximos das missões de Mojós (Almeida 2009).

Mas, a sigilosa viagem que deveria passar pela missão de Santa Rosa no rio Guaporé sem que os viajantes fossem vistos durante a noite, foi prejudicada pela vontade do capelão de confessar (Fonseca 1875:299-300). Naquele ano, três missões espanholas já dominavam a margem direita do Guaporé: Santa Rosa, São Miguel e São Simão. Todas elas transferidas para a margem esquerda do Guaporé após o tratado de Madri em 1750 que culminou no conflito fronteiriço luso-espanhol (Pereira 2008).

Ao adentrarem o rio Madeira, os jesuítas objetivavam aumentar a população de índios catecúmenos das missões, mas provocaram movimentações de diversos grupos indígenas, concentrando-os em um mesmo lugar, ou gerando novos reagrupamentos quando estes abandonavam as missões (Menéndez 1992).

Esse processo de colonização conduzido pelos jesuítas até meados do século XVIII desarticulou diversas unidades sociais exis-

tentes na região, como foi o caso dos Irurizes do médio e baixo rio Madeira, governados por principais e fragmentados com o projeto de “aldeamento” (Leite 1943). Em outras palavras, a missão aniquilou especificidades culturais e linguísticas em prol da homogeneização, dissolveu a diversidade das etnias no tapuío, concentrando-os em aldeamentos catequéticos (Moreira Neto 1988:23, Porro 1995:39-40).

A segunda metade do século XVIII é marcada pela era pombalina, que vai de 1755 a 1798. Marquês de Pombal retira o poder dos missionários e instala o Diretório dos Índios, esse é o marco de uma nova fase do período colonial na qual a literatura será expressa não mais por missionários e aventureiros, mas por funcionários administrativos, magistrados e militares (Porro 2006). O interesse era traçar um plano econômico para a região, que até então gerava lucro apenas para a igreja.

Algumas medidas tomadas pelo Diretório foram as seguintes: proibição das línguas indígenas e a obrigatoriedade do português; as aldeias foram transformadas em vilas civis e os jesuítas foram substituídos por diretores; os índios foram proibidos de usar suas indumentárias, andar nus e obrigados a edificar casas e usar sobrenomes. Essa lei objetivava a formação da mão de obra indígena, assegurando a produção e comercialização interna e externa (Brandão 2011).

Em 1768, o paraense José Monteiro de Noronha, ocupando o cargo de Vigário Geral do Rio Negro, sistematizou em seu *Roteiro da Viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província*, informações das populações amazônicas e descrições geográficas, tanto resultantes de suas visitas a povoações remotas quanto de pessoas que lhe forneceram os dados (Porro 2006). Noronha faz referência aos etnônimos do rio Madeira: “Ha no Rio da

Madeira muito cacau, e gentio, cujas nações mais conhecidas e distintas são: *Arará, Marupá, Pama, Turá, Matanaui, Orupá, Tocumá, Mamí, Canaripuná, Yuquy e Yanare-téuara*” (Noronha 1862:30)<sup>10</sup>.

Dos grupos já mencionados no alto rio Madeira por outros viajantes, podemos reafirmar prontamente a presença dos *Arara, Pama, Torá e Caripuna*. Este parece ser o primeiro registro dos *Urupá* (Orupá), os quais serão novamente citados em fontes de séculos posteriores. O etnônimo *Mamí* corresponde aos *Maní* do padre Rodrigues (Menéndez 1981:54), essa correlação nos parece válida e demonstra que esse grupo é registrado no rio Madeira em dois momentos do século XVIII.

Mais tarde, o astrônomo Francisco José Lacerda e Almeida, formado em matemática e filosofia pela Universidade de Coimbra, foi nomeado pela Coroa portuguesa como integrante da Expedição de Demarcação das Fronteiras para navegar todo o curso do rio Madeira, cuja finalidade era estabelecer os limites das fronteiras entre Portugal e Espanha.

Durante sua descrição datada de 1781-82, anotada em seu diário de viagem com observações breves e um registro sucinto de cada dia de viagem, percebe-se que os nomes das cachoeiras não são mais os mesmos designados na primeira metade do século XVIII pela bandeira de Francisco de Melo Palheta em 1723 e por José Gonçalves da Fonseca em 1749. Ao alcançar a cachoeira de Teotônio (2º cachoeira, anteriormente Iguerites), Almeida encontrou comerciantes do Mato Grosso que haviam entrado em confronto com índios quando passavam na foz do rio Jamarí. Os comerciantes julgaram ter um principal devido à diferença das penas que este usava, bem como seu arco e flecha, mas não especificaram o nome do grupo. Outras informações fornecidas pelo diário de viagem

confirmaram a localização dos *Pama* e *Caripuna* no trecho encachoeirado do rio Madeira. Ao chegar à quinta cachoeira, chamada Salto de Girau, Almeida encontrou os *Pama*:

“A distância de meia légua pelo mato dentro assistem os índios Pamas, que já estiveram aldeados; e na ocasião de haver canoas naquela cachoeira, não só as veem ajudar a varar, como também trazem refrescos de sua lavoura, que consta de bananas, mandiocas, batatas, carás, etc. Da outra parte do rio habita o gentio caripuna, manso, porem tão ladrões que furtam quanto podem. Nós os mandamos chamar e vieram alguns, 40 de todos os sexos, e idades, claros e vistosos, e adornados com muitas penas dos pássaros que matam” (Almeida 1944:24-25).

Os *Pama* estavam localizados a cerca de 3 km do rio e ocupavam provavelmente a margem direita, enquanto os *Caripuna* a esquerda. Nesta descrição, os *Caripuna* são mais numerosos e colabora com uma imagem “arredia”, sem interesse no contato, ao contrário dos *Pama* que ajudavam a varar as canoas e ofereciam alimentos aos viajantes no trecho encachoeirado.

No final do século, tem-se o relato e estudo do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira que navegou o rio Madeira em 1788-89 com o objetivo de sistematizar dados da fauna, flora, clima, geografia, bem como das populações nativas. Também tinha por finalidade coletar informações para dinamizar a exploração econômica e complementar a delimitação da fronteira de Portugal. Sua descrição se difere das demais crônicas lusitanas por estar ligada ao campo científico sob influência de algumas ideias do Iluminismo. O próprio naturalista escreve que está fazendo a história filosófica e política do rio Madeira

(Ferreira 2007).

O contexto no qual o viajante estava inserido, visava demonstrar resultados à Coroa portuguesa, visto que recebeu investimentos e esta esperava o retorno de suas expectativas em relação à capacidade produtiva das populações que habitavam a região e produtos que poderiam ser explorados. Um primeiro fragmento extraído deste relato explica o registro dos grupos pelos rios amazônicos e como a etimologia reflete os nomes desses lugares, pois “na América nada é tão vulgar entre os gentios como o apelidarem aos rios, aonde eles habitam, dos nomes da nação dominante ou por mais populosa, ou por mais guerreira, ou por outro qualquer motivo” (Ferreira 2007:14).

Esta anotação foi motivada pela notícia que o nome do rio Madeira seria Iruri pelos índios que o habitavam, todavia o naturalista justifica: “da nação dos uaupés, é que se diz o rio dos Uaupés; da dos canaburis, o dos Canaburis; da dos araras, o dos Araras. É logo mais verossímil que da nação Iruri, procede o nome de que se trata” (Ferreira 2007:14). Poderíamos continuar apontando os *Unicoré*, *Aripuanã*, *Abacaxí*, *Mané* e tantos outros.

Ferreira (2007) reuniu informações históricas da Amazônia durante o século XVIII que antecedem a sua viagem. Estas notas são bastante fragmentadas sobre os grupos que ocupavam o alto rio Madeira, espaço que o viajante também percorreu. Uma das notícias demonstra que em 1716 foi realizada uma expedição de guerra contra os índios *Torá* que habitavam o rio Madeira em decorrência das “várias irrupções que fizeram e hostilidades que praticaram nas aldeias de Canumá e dos Abacaxis, já então situadas no dito” (Ferreira 2007:16).

Tal fato teria causado tanto impacto que também foi anotado décadas antes pelos

viajantes que antecederam o naturalista, como José Monteiro de Noronha e José Gonçalves da Fonseca. Este último nos diz que os *Torá* saíam de suas habitações na foz dos rios Capanã e Marmelos e desciam o baixo curso do rio Madeira até o Amazonas, onde roubavam canoas abastecidas de cacau (Fonseca 1875:239).

Uma primeira ofensiva contra os *Torá* seria realizada pelo capitão João de Barros Guerra, mas este morreu após um tronco de árvore cair da margem sobre a sua embarcação. Todavia, as coerções foram continuadas por Diogo Pinto da Gaya que sucumbiu os *Torá* de forma que os sobreviventes foram para a aldeia de Abacaxis, posteriormente Serpa (Noronha 1862:30). Mesmo após esse ataque e o “aldeamento” desses índios, muitos *Torá* ainda ocupavam uma área entre os rios Maici e Ji-paraná (Nimuendajú 1982, Menéndez 1992).

Ferreira (2007) coteja informações de 1757, durante o período de Pombal, em que o bacharel Teotônio da Silva de Gusmão tentou fundar uma povoação junto aos índios *Pama* na segunda cachoeira<sup>11</sup> que já fazia parte da capitania de Mato Grosso. Ao criar a vila de Nossa Senhora da Boa Viagem do Salto Grande, Gusmão objetivava tornar navegável o trecho encachoeirado do rio Madeira e estabelecer um comércio entre as capitanias de Mato Grosso e Grão-Pará e Maranhão. Neste período, falava-se em descoberta de ouro que se formava na região do rio Madeira, Guaporé e seus tributários, que ficou conhecida como as minas de Urucumacua (Roquette-Pinto 1950), um mito similar ao El Dorado.

A vila do Salto Grande não teve sucesso e durou apenas três anos devido à falta de ajuda por parte das duas capitanias e as incursões de combate dos *Mura*; “diz-se que os *muras* foram os que o destruíram e aniquilaram, fazendo repetidas ve-

zes mão baixa sobre os pamas” (Ferreira 2007:20). Não se pode negar o poder de domínio dos *Mura*, exemplificado pelas incursões contra a vila de Salto Grande e para roubar os *Pama*. Entretanto, esta não foi a única povoação a fracassar nesta área no século XVIII, pois, em 1764, o governador de Mato Grosso tentara fundar na cachoeira de Girau uma povoação entre os índios *Pama*, considerados distintos por ter “brandura de alma e docilidade impressa em sua fisionomia” (Hugo 1959:110).

Somente quatro anos depois, o governador Luiz Pinto de Souza fundou o povoado de Balsemão entre os *Pama* em Girau, onde ordenou que plantações de mandioca e milho fossem feitas para servir de recurso para os viajantes (Fonseca 1881:73, 297). Porém, em 1771, este povoado foi abandonado pelos portugueses, ironicamente, os *Pama* haviam matado um homem não índio e puseram o padre em fuga para Borba (Hugo 1959:111).

Esta posição hostil é uma evidência da resistência indígena à colonização portuguesa nessa área. Os *Juma*, em 1774, roubavam as roças, matavam os descuidados de Borba e escapavam com rapidez das providências efetuadas contra eles (Baena 2004:307). Os *Mura*, foram retratados como selvagens, inimigos dos colonizadores e de outros índios. Eram conhecidos como “índios de corso”, nômades que realizavam assaltos e saques pelos rios amazônicos, especialmente no Madeira (Amoroso 1992). Noronha já havia identificado que “as margens do Rio Madeira são habitadas pelos Índios da nação *Mura*, que são de corso; não admitem paz, nem falla, e costumam accometter, matar, e roubar os navegantes. Não passam contudo do Rio Jamary para cima” (Noronha 1862:30).

Durante o início da segunda metade do século XVIII, os *Mura* passaram a fazer incursões de ataques além do rio Madei-

ra por meio de saques contra europeus e índios nos rios Negro e Solimões (Amoroso 1992). Esta situação só foi revertida a partir de 1784, segundo Ferreira, em suas *Notícias da voluntária redução de paz e amizade da feroz nação do gentio Mura*.

As primeiras informações foram dadas de Santo Antônio do Mapiri, onde cinco índios deste grupo se aproximaram da povoação. Esses alegaram que não estavam mais atacando as pessoas daquele lugar: “pois, atualmente viam os pescadores e todas as canoas que deste lugar saem, como também precaver-nos de que atrás deles vinha maior quantidade de mais *muras* bárbaros, que entre si não admitiam gente ladina de aldeias, a nada perdoavam e a tudo o que topam matam” (Ferreira 2005b:37).

Os *Mura* receberam do vigário da povoação machados, facas e farinha, assim era o início de paz e amizade entre os colonizadores e os índios. Contudo, o vigário ainda temia um ataque desses índios a Mapiri, sobretudo, quando dois informantes haviam lhe dito que uns 40 índios *Mura* em canoas de ubás estavam rondando a povoação.

A segunda carta do mesmo vigário no ano seguinte relata que os *Mura* voltaram com tartarugas e salsas como presente em retribuição aos machados e facas dados. Desta vez, vinha o principal acompanhado por vinte e oito índios, um rapaz e seis mulheres. Na outra banda do rio eram vistas mais canoas de ubá fazendo vigia ao encontro. Diversos contatos começaram a ser conduzidos pelos *Mura* com o povoado de Mapiri, vindo em suas canoas e prometendo retornar (Ferreira 2005b).

Se durante quase todo o século XVIII, os *Mura* eram tidos como hostis e selvagens, restando-lhes apenas ações punitivas, parecia impossível a realização de sua redução pela igreja. O diretor da vila de Mapiri

desconfiava dessas intenções, mas ao mesmo tempo considerava positiva a possível pacificação, visto que os *Mura* formavam o grupo mais temido durante a colonização do rio Madeira, e agora no Amazonas, Solimões e Negro. É através de um índio chamado Ambrósio que se casou com uma *Mura* no rio Madeira, no lago de Guatazes, que esse processo de redução se concretizou. De acordo com este índio *murificado* é neste lago,

“aonde em dilatadas campanas tem o mura grande poder e por consequência muitas roças de mandioca, milho e outras frutas de que vivem com fartura, além de pesca de que os fornece o mesmo lago de peixe-boi e tartarugas, com outros inumeráveis peixes” (Ferreira 2005b:42).

É Ambrósio que traz o principal *Chumana* para a vila de Mapiri, junto com outros *Mura*, mas não vieram todos, os demais e aliados permaneceram em suas povoações. Desta forma, nos anos de 1784, 1785 e 1786 as autoridades comemoraram a “redução voluntária” dos *Mura* e os aldeamentos fixos de descimentos deste grupo.

Ferreira também fala do horror que outros índios sentiam ao entrar no rio Madeira. Em 1788, quando ele se encontrava na ilha de Muiraçu-Tuba na foz do rio Manicoré, enviou uma carta a João Pereira Caldas, governador da capitania do Grão-Pará e Rio Negro, relatando as deserções dos índios “domésticos” que por medo fugiam. Conforme Ferreira (2008):

“Até agora de alguma forma continha as deserções destas viagens, o terror dos muras; agora porém que os muras são os mesmos, que a troca de algumas facas e camisas que lhes dão os fugidos, os conduzem nas suas ubás ou cascas de

paus, que são as suas canoas, não há meio de os conter, salvo o da última violência” (Ferreira 2008:46).

É interessante como os *Mura* ainda incitavam outros índios a insurgir-se após sua “pacificação”. Mas não eram mais estes que atacavam naquela área, visto que o naturalista faz referência na mesma correspondência aos índios *Munduruku* que hostilizavam o baixo Madeira, principalmente pelos afluentes da margem direita. No rio Matauará, havia vestígios de assentamentos de índios *Mura* e *Munduruku*; no rio Atininga onde outrora estavam situados os *Mura*, passou a ser habitado pelos *Munduruku*; e no rio Aripuanã evidencia-se que os *Mura* foram expulsos pelos *Munduruku* (Ferreira 2007).

Ao enumerar os afluentes do rio Madeira em 1789, Ferreira (2007) narra que o rio Ji-paraná, “É rio largo, de águas cristalinas; e dos que verdadeiramente são rios colaterais do Madeira, habitado de inumeráveis gentios que impedem o seu reconhecimento” (2007:29). Estes grupos são os *Arara* e os *Torá*, não “aldeados” totalmente durante o período das missões, tampouco pela reforma pombalina. Apesar da redução dos *Mura*, os afluentes do alto rio Madeira no fim do século XVIII ainda representavam um enclave à Coroa portuguesa por apresentar inúmeros grupos e uma hidrografia desconhecida.

Depois de passar pela foz do Ji-paraná, Ferreira (2007) encontra a do Jamarí, no entanto fala que não o explorou, tendo muito peixe e índios. Os rios Jaci-paraná e Mutum-paraná, ambos afluentes da margem direita, e o rio Abunã da margem esquerda do trecho encachoeirado, são anotados por Ferreira como rios que foram “desbravados” por Francisco Garcia Velho Paes de Camargo em 1771-72, o qual buscava reconhecer fontes auríferas, mas só encontrou “tudo içado de trilhas

de muito gentio” e índios que informaram sobre fontes de ouro, mas que no final eram “malacachetas” (Ferreira 2007:47).

Nas descrições não foram encontradas notícias sobre os grupos que ocupavam o trecho encachoeirado do rio Madeira, apenas iconografias das cachoeiras (Ferreira 2007). Há memórias dos índios *Caripuna* da margem esquerda do médio Amazonas, especificamente no rio Iatapu, que deságua no rio Uatumã (Ferreira 2005b:11). Entretanto, estes *Caripuna* não são os mesmos do trecho encachoeirado do rio Madeira observado na própria iconografia e na cultura material presente na obra, bem como pelo distanciamento geográfico. O que estes dois grupos têm em comum são o nome e o fato de serem vistos pelo mesmo viajante. Embora nestas publicações de Ferreira não haja descrição dos índios do trecho encachoeirado do rio Madeira, encontra-se uma iconografia de um índio *Caripuna* desta área que possui as mesmas características registradas pelos viajantes anteriores (Ferreira 2005a:61).

## UM QUADRO HISTÓRICO: OS ETNÔNIMOS

A partir de documentos do período colonial de uma vasta área que compreende o curso do rio Madeira, observa-se uma diversidade de etnônimos associados aos rios, indispensáveis para compreensão da configuração etnográfica do território e essenciais para fornecer um panorama das movimentações indígenas (Menéndez 1981, 1992).

A finalidade de produzir uma cartografia cultural a partir dos roteiros de viagens não é exclusividade do rio Madeira. Meireles (1989) observa que o nome do rio Guaporé/Iténez e seus tributários são etnônimos que designaram diferentes socie-

dades, enfatizando que “a toponímia da região do Guaporé foi construída – e fixada, através da crônica – no século XVIII, mais precisamente, na segunda metade, quando teve lugar a intensificação da ocupação da margem oriental pelos portugueses” (Meireles 1989:125-126), sendo alcançada pelos lusitanos, a toponímia registrou o desconhecido. No alto rio Madeira foram identificados os etnotopônimos Apama (*Pama*) e Iaguerites (*Jaguaretetes/Jaguaretus*), que designaram, outrora, não apenas as cachoeiras deste rio, mas os seus habitantes.

Os rios são importantes para a discussão como já frisou o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira no fim do século XVIII. O rio Ji-paraná (antes rio Ipititá), traduzido do Tupí designa ‘rio Machado’, o qual, conforme José Gonçalves da Fonseca (1875), foi nomeado pelos índios, talvez um dos quinze índios do baixo rio Madeira que estiveram junto com a “real escolta”, por acharem neste rio uns mariscos semelhantes às ostras, cujas conchas lhes serviam para cortar galhos pequenos. O mesmo ocorre com os topônimos dados às cachoeiras do rio Madeira durante a viagem de Fonseca que são denominações fornecidas pelos índios (ou os “práticos”) que os acompanhava. Assim como os nomes Jaci-paraná (rio da lua) e Mutum-paraná (rio de mutum) que também são Tupí, incidem na área do trecho encachoeirado na segunda metade daquele século.

Esta abordagem possibilitou identificar na crônica lusitana nomes de diversos grupos indígenas, movimentações e as relações que os envolviam na área em estudo. Visto que o interesse dos diferentes viajantes era o de reconhecer terras, delimitar e averiguar novas terras para exploração aurífera para a Coroa portuguesa, as características ideológicas presentes em cada viajante, assim como os objetivos



linguística Takana que ocuparam o baixo curso do rio Madre de Díos até o Beni, utilizando como fonte o padre Gregorio Bolívar que esteve naquele local em 1631, o qual acreditava que os índios *Guarayo* eram provindos do Brasil. Há notícias de índios Tupí-Guaraní nesta mesma área em 1749 (Hugo 1959:77), mesmo sabendo que é um espaço dos *Esse-Ejja*, aceitamos a ideia de que este é o lugar ao qual o padre Rodrigues se referia aos *Guaraju/Guarayo*, mas que não é possível definir se são Takana ou Tupí-Guaraní.

Linguisticamente, os *Caripuna*<sup>12</sup> são da família Pano (Métraux 1942, Gomes et al. 2006), mas os *Pama*<sup>13</sup>, grupo com os quais mantinham contato, foram entendidos como correlatos da família linguística Arawá da Amazônia ocidental (Brinton 1891, Chamberlain 1913, Rivet & Tastevin 1938). Existe uma larga discussão que vincula os falantes da família Arawá ao tronco Arawak, mas que foi recentemente contestada (Gordon 2006:5-48), no entanto não anula uma aproximação histórica das línguas Arawá e Arawak (Urban 1992, Hornborg & Eriksen 2011).

A associação dos Arawá com os *Pama* permite falar em uma conexão desses grupos habitantes originários dos rios Juruá e Purus com o rio Madeira, sabendo que os índios *Purupurú* da família Arawá/Arawak mencionados pelo padre Rodrigues, viviam no baixo rio Madeira no início do século XVIII e, depois, foram contatados sob o etnônimo *Paumarí* no interflúvio Madeira-Purus<sup>14</sup>.

Os *Pama* e *Caripuna* também foram analisados em uma única classificação tradicional das línguas Pano (Mason 1950), sendo o primeiro um subgrupo do segundo. Conforme a expedição de Palheta, além da proximidade geográfica, os três grupos *Caripuna*, *Pama* e *Matiri* sugerem constituir uma rede por alianças de matrimônio

(*cunhamena*). Os *Caripuna* compõem parte do que tem sido considerado os Pano meridionais que ocuparam os rios Madre de Díos, Beni e Madeira (Erikson 1992, Córdoba & Villar 2009), enquanto os *Pama* e os *Matiri* não são referidos nesta literatura.

As famílias Pano e Takana possuem uma relação genética que tem levado os linguistas a atribuir um passado comum para os índios falantes destas línguas ou mesmo juntá-las em uma macrofamília (Urban 1992, Amarante Ribeiro 2003). Este caso fez a arqueologia sugerir que os Pano tiveram sua etnogênese na Bolívia (Lathrap 1970), região que foi habitada pelos Pano meridionais que formaram um enclave entre o alto rio Madeira e o baixo curso do rio Beni, onde foram separados por um “corredor” Arawak no Purus do restante da família Pano do rio Ucayali e seus afluentes (Lathrap 1970, Erikson 1992). Ao sudoeste dos Pano meridionais, os Takana formaram um bloco homogêneo.

Há referências de que os Incas estiveram junto com os grupos que residiram na periferia da Amazônia, nas margens dos rios Ucayali, Madre de Díos e Beni<sup>15</sup>. Evidências desse contato foram encontradas entre os Takana em afinidades mitológicas, religiosas e sistema numérico (Métraux 1942, Ramirez 2006). O domínio incaico apresenta vestígios arqueológicos até a confluência do rio Madre de Díos com o Beni na fortaleza de *Las Piedras*, o que pode corresponder a uma tentativa de controle comercial no passado daquela área que provocou intenso confronto com os grupos de língua Pano (Pärssinen et al. 2003, Hornborg & Eriksen 2011).

É possível que os Takana tenham se dispersado em sentido nordeste rumo ao baixo rio Beni, obrigando uma migração dos Pano para os rios Madeira e Mamoré. Por consequência, estes empurraram os habitantes Chapacura, os *Itenéz* (Moré) subindo

o Guaporé, e os *Torá* descendo o rio Madeira (Ramirez 2010).

Tudo indica que esses conflitos teriam ocorrido no período pré-colonial tardio. Pouco depois da época dos primeiros contatos com a colonização europeia, os *Caripuna* estavam organizados tanto em grupos familiares dispersos quanto em uma provável aldeia liderada pelo principal Capujú, ambos os padrões foram mais bem documentados no século XIX. Somente pesquisas arqueológicas nas áreas onde estes grupos ocuparam poderão dimensionar o tamanho de seus assentamentos e a extensão desses conflitos.

Para a área do trecho encachoeirado do rio Madeira, a demografia *Caripuna* foi sublinhada pelos primeiros relatos como uma multidão e os *Pama* representados como uma nação populosa e dominante. Ainda que unificados, estes grupos desenvolveram estratégias distintas de se relacionar com os ibéricos. Os *Pama* “negociaram” com as diferentes frentes da colonização: desde 1725 com os missionários jesuítas com os quais foram “aldeados” na missão de Santo Antônio, posteriormente Trocano. Depois em 1757, com os fundadores da vila de Salto Grande, eles contribuíram para que ali fosse estabelecida uma vila em conformidade com a política pombalina que se iniciava.

Os *Pama* protagonizaram a implantação da vila de Balsemão em 1768, mas, três anos depois se rebelaram contra este povoado. Ao recapitular as informações fornecidas pelos viajantes, encontram-se os *Pama* em vários lugares: na cachoeira Três Irmãos em 1723, pela expedição de Palheta; em 1725 abaixo da cachoeira de Santo Antônio, sendo transferidos para Trocano, onde são registrados por Eckart; em 1757 na cachoeira do Teotônio, segundo os dados de Ferreira; em 1764-71 na cachoeira de Girau; e por fim, novamente, na cachoeira

de Girau em 1781, pela expedição de Almeida. Estes dados demonstram que havia uma movimentação intensa desse grupo pelo alto rio Madeira, sobretudo sem abandonar o trecho encachoeirado.

Os *Caripuna* parecem não ter se distanciado das cachoeiras desde a sua chegada. Os dois grupos, que a expedição de Palheta encontrou primeiro e que não desejavam o contato, parecem ser *Caripuna*. A relação destes com os colonizadores foi ambígua, já que em alguns momentos evitaram o contato com os viajantes e, em outros, indicaram interesse pelo encontro. Diferentemente dos *Matiri*, que talvez tenham ignorado os colonizadores e se interiorizado na área do baixo Mamoré, não se obtendo mais registros desse etnônimo.

O padre Rodrigues registrou os *Maní* em 1714 ao sul dos *Arara* que ocupavam a foz do rio Ji-paraná. Entendemos que eles estavam entre o Ji-paraná e a cachoeira de Santo Antônio, considerando que entre os *Maní* e os *Pama*, que ocupavam a sexta cachoeira, havia outros grupos que parecem não ser mais registrados ao longo do século XVIII naquele lugar. Os *Maní* também foram registrados por José Monteiro de Noronha em 1768, demonstrando a notoriedade desse grupo.

Os grupos que estavam entre os *Pama* e os *Maní* na margem direita do rio Madeira e que foram mencionados apenas pelo padre Rodrigues, são os seguintes: *Abacaxi* (antigos Chichirinins), *Jaguaretu*<sup>16</sup>, *Curupu* e *Pureru*. Não foi possível identificar a causa de seu desaparecimento, mas a ausência nos registros históricos posteriores pode significar que estes índios tenham se interiorizado para os afluentes do rio Madeira em virtude das pressões interétnicas, como dos *Mura* que passaram a realizar incursões de massacres até a foz do rio Jamarí a partir de 1725, embora em 1723 a bandeira de Palheta já não informe sobre

tais grupos.

São notórios os ataques que os *Mura* efetuaram contra os *Torá* e depois contra os *Pama*, mas essa hostilidade nunca chegou a extrapolar as cachoeiras do rio Madeira onde estavam os *Caripuna*. Destas pressões dos *Mura*, pode resultar também a murificação, processo que levou incalculáveis etnias com diferentes línguas a agregarem-se a esse etnônimo (Amoroso 1992). Portanto, tal configuração, que pressupõe os movimentos desses povos deve-se essencialmente às dinâmicas interétnicas e não somente por pressões coloniais, esses episódios reproduzem a plena autonomia que alguns índios despojavam e os relatos ilustram que as diferentes tentativas de estabelecer um núcleo colonial no alto rio Madeira no século XVIII foram fracassadas.

O caso dos *Mura* deve ser trabalhado com cautela. Durante a segunda metade do século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira fala da guerra de expansão e da pacificação deste grupo. As primeiras informações dos *Mura* no rio Madeira são dadas pelo padre Rodrigues e uma década depois eles foram enganados por um colono português que vendeu alguns índios *Mura* em Belém.

Este acontecimento teria movido o grupo a praticar retaliações contra os ibéricos e em 1738 é realizado o processo “Autos da Devassa do gentio *Mura*”. As denúncias de saques e assaltos serviram de justificativa para legitimar a guerra contra os *Mura* e permitir a extração do cacau no rio Madeira (Amoroso 1992). Nimuendajú (1982:115) argumenta que a pacificação dos *Mura* deu-se principalmente em virtude da invasão *Munduruku* ao rio Madeira, episódio que foi registrado em 1788-89 pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira.

A foz do rio Ji-paraná foi habitada por

uma numerosa etnia da família linguística Tupí-ramarama, os *Arara* que se autodenominam *Kara*. Deste grupo, estudos orais identificam na fala dos que estão vivos o tempo da maloca configurada por muitas aldeias, alta densidade demográfica, processos migratórios dinâmicos, caça e pesca em abundância (Freitas 2009). Este tempo memorável é análogo ao que o padre Rodrigues se referia ainda em 1714, mencionando que era uma nação “tão numerosa, que igualam os que tem penetrado o seu sertão, às folhas do mato em que habitam” (Leite 1943:394), uma sentença que parece ter permanecido na memória dos *Kara*.

Ao norte dos *Arara*, encontravam-se os *Torá* (Torazes) da família linguística Chapacura, igualmente numerosos a ponto dos grupos vizinhos os chamarem de “o formigueiro” (Leite 1943:394). São considerados os primeiros a resistir à colonização, tendo como consequência as primeiras ações repressivas nesta área. Os *Torá* foram capazes de realizar incursões da foz do rio Capanã e Marmelos no Madeira até o rio Amazonas, demonstrando alta capacidade de mobilidade.

José Monteiro de Noronha indica que os *Urupá*<sup>17</sup> ocupavam o rio Madeira (sem especificar em que parte), estes índios foram depois contatados durante o século XX em um afluente do rio Ji-paraná pela margem esquerda que leva hoje o nome desta etnia (Menéndez 1981). Os *Urupá*, do rio Madeira, e os *Iténez*, do rio Guaporé, são referidos na literatura como grupos pertencentes à família Chapacura, originada nos contornos da serra dos Pacaás Novos e que os seus falantes ocuparam o médio rio Guaporé até sua foz, o baixo curso do Mamoré e seus principais afluentes (Métraux 1942, Nimuendajú 1982, Meireles 1989, Leonel 1995).

Outras movimentações interétnicas são admitidas pela colonização portuguesa

que teria forçado muitos grupos a se deslocarem de suas zonas de origem, algumas vezes indo de encontro aos seus inimigos, ocasionando sérios enfrentamentos. Uma das problemáticas correntes na área Madeira-Tapajós foi colocada pelo etnólogo Curt Nimuendajú, para quem a migração dos *Kawabíb* teria sido provocada pela expansão *Munduruku* em fins do século XVIII e início do XIX.

Ele concluiu que “tanto os Kawahiwa-Parintintin do Madeira como os Kawahiwa-Tupi do Alto Machado, representam os fragmentos da antiga tribo dos Cabahybas que é mencionada desde os fins do século XVIII no Alto Tapajoz, mas que mais tarde desaparece de lá, sem deixar vestígios” (Nimuendajú 1924:205). A declaração se sustenta na ausência de informações sobre os *Kawabíb* a partir da segunda metade do século XIX nos rios Juruena e Arinos que, empurrados pelos *Munduruku*, teriam migrado para onde hoje é o Estado de Rondônia e sul do Amazonas, reaparecendo no registro histórico no início do século XX.

Menéndez (1981), munido de fontes históricas sobre esta área, examina a hipótese de modo a refutar alguns elementos. Apresenta ressalvas como a de que não há registro de conflitos entre *Kawabíb* e *Mundurukú*, mas ainda assim estes últimos poderiam ser os responsáveis pelo deslocamento *Kawabíb* conforme relatos de viajantes do fim do século XVIII e início do XIX. Além disso, a migração teria ocorrido em um sentido um pouco mais deslocado segundo o proposto por Nimuendajú, desenhando-se dois movimentos diferentes: 1) os *Kawabíb* saindo do rio Juruena, em 1797, em direção sul pela encosta da serra dos Parecis e depois para o oeste para o alto rio Ji-paraná; 2) os *Parintintin* situados originalmente na região do Maués, em 1817, tiveram duas rotas distintas: uma no

sentido sul, alcançando o alto Tapajós, e outra com um grupo mais populoso em direção sudoeste pelos afluentes orientais do rio Madeira.

A partir de elementos históricos, a conclusão de Menéndez (1981:128) é a de que são grupos étnicos diferentes e que “assim, é difícil aceitar, como quer Nimuendajú, que os Kawahiwa do rio Machado e os Parintintin do Marmelos, sejam o mesmo grupo quanto a sua procedência e a um passado imediato comum”. Menéndez conseguiu demonstrar que não é possível realizar uma correlação utilizando as informações históricas pelo distanciamento geográfico entre os dois grupos. Leonel (1995:51-52), discordando deste autor, sugere que os grupos *Tenbarins* e *Urúu-au-au* recém-contatados são os mesmos *Kawabíb* do alto Tapajós e que futuras pesquisas “difícilmente invalidarão a identidade étnica perfeitamente caracterizada por Nimuendajú”.

Dentro deste debate, Ramirez (2010:31-33) propôs que, historicamente, os *Juma* e os *Parintintin*, ambos *Kawabíb*, ocuparam o interflúvio Madeira-Tapajós (atrás de Borba, entre o alto Canumã, baixo Aripuanã e as fontes do Maués), onde teriam sido hostilizados pelos *Munduruku* no fim do século XVIII e início do XIX, fazendo com que estes grupos *Kawabíb* se deslocassem para o interior do atual Estado de Rondônia entre os rios Ji-paraná e Guaporé. Para ele, as etnias que aparecem na confluência Juruena-Arinos seriam os Mondé.

Tal discussão é pertinente por termos nos referido a dois grupos possivelmente *Kawabíb* durante o século XVIII: os *Tukumãfet* (“gente do tucumã”) e os *Juma*. O primeiro aparece com o nome *Tocumá* como um dos grupos do rio Madeira no roteiro de viagem de José Monteiro de Noronha em 1768, sendo atualizada a grafia para *Tukumãfet* (Porro 2006), uma analogia di-

reta a um dos grupos *Kawahíb* do centro de Rondônia. Se esta correlação entre os etnônimos for válida, a hipótese de que os *Kawahíb* subiram o rio Madeira e se interiorizaram dando origem aos vários grupos no alto Ji-paraná (Ramirez 2010) receberá mais consistência.

Outra observação dos registros históricos refere-se aos *Juma*. Um lugar onde se asentavam estes índios foi o ponto de apoio na ida e na volta da bandeira de Francisco de Melo Palheta em que fizeram o arraial Santa Cruz de Iriumar em 1723 (Abreu 1975:115)<sup>18</sup>. José Gonçalves da Fonseca apontou que este lugar ficava a cerca de 20 km a montante da foz do rio Ipixuna no rio Madeira (1875:240), cujo território se tem notícias de que os *Kawahíb* ocuparam extensivamente nos séculos XIX e XX (Nimuendajú 1924; 1981). Ambos os casos, indicam que os *Kawahíb* estavam fixados próximos do alto rio Madeira muito antes do que se supunha e não somente por terem sido hostilizados pelos *Munduruku*.

A documentação arqueológica do período pré-colonial é compatível com esta última suposição e tem registrado um episódio contrário do que ocorreu nos séculos XVIII e XIX. Miller (2009) pesquisou uma extensa área que engloba o interflúvio Roosevelt-Aripuanã e o baixo Madeirinha, onde escavou urnas funerárias com tratamentos corrugados e as atribuiu aos *Kawahíb* em dispersão descendo o rio Roosevelt em torno do século VIII d. C. Dois sítios arqueológicos “proto-Tupiguarani” estavam localizados no rio Marmelos próximos ao posto dos índios *Tenharim* (*Kawahíb*). O arqueólogo relata que naquela pesquisa de 1983 o “tuxaua local, sem ser induzido ou inquirido, afirmou ser de seus antepassados *Tenharim*” (Miller 2009:48).

Moraes e Neves (2012) também apontam para uma conflituosa expansão Tupí no

baixo rio Madeira advinda do seu alto curso descendo até a confluência com o rio Amazonas, evidenciada pela ampla distribuição da cerâmica Guarita a partir do século X d. C. e a construção de valas defensivas por grupos não-Tupí. É interessante observar que algumas fases arqueológicas atribuídas a grupos Tupí (Tupí-Guarani e Arikém) no alto rio Madeira, tiveram o seu fim no início do século XVIII (Miller 1987:16; 2009, Miller et al. 1992:48).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se postular que os etnônimos e topônimos da região que envolve o rio Madeira são bastante problemáticos (Ramirez 2010), no entanto, eles também representam um guia para inferirmos significativas ocupações indígenas. A concepção, que se estende à ideia de “nação” enquanto substrato etnolinguístico nas diferentes categorias de viajantes, independente de suas particularidades ideológicas, é importante para ordenar os nomes étnicos no espaço.

A variedade de etnônimos que aparece no alto rio Madeira, assim como em outras partes da Amazônia, é análoga à ideia de que não são autodenominações: “os etnônimos são nomes de terceiros, pertencem à categoria do ‘eles’, não à categoria do ‘nós’” (Viveiros de Castro 1996:125-126). Referências do tipo *Parintintin* (índios fétidos em *Munduruku*) (Nimuendajú 1963:201, citado por Menéndez 1981:81), *Kawahíb* (“vespas vermelhas irritáveis”), (Nimuendajú 1924:201), *Guaraju/Guarayo* (nome depreciativo dado pelos moradores do império incaico a qualquer índio que portasse tanga) (Ramirez 2010:22), *Purupuru* (“índios malhados” ou índios pintados em virtude de uma doença) (Gordon 2006:7), entre outros, demonstram os limites estabelecidos pela recusa do outro. Esta sentença é mais compreensível quan-

do se reconhece as diferenças culturais como a diversidade linguística restrita a determinadas áreas.

Ao confrontar os relatos, percebemos uma incongruência que reside na demografia. Para os primeiros missionários eram terras populosas, enquanto outros viajantes conformaram-se no silêncio sobre o número destes povos. Providos destes relatos, a primeira observação que podemos fazer é a de que numerosos grupos como os *Caripuna* e *Pama* estavam assentados além da margem do rio Madeira com trilhas que levavam a suas habitações (sabendo que este rio e seus lugares eram frequentados por eles). Os viajantes anotavam o que era observável a partir de suas embarcações no rio ou quando “varavam” em terra suas galeotas e canoas pelas cachoeiras.

Devemos levar em conta, os possíveis conflitos entre viajantes e índios, cujos registros encontram-se fragmentados ou ausentes na historiografia, tais como aqueles que se aventuraram no rio Madeira e seus afluentes em busca de minas auríferas apresando índios, fazendo com que muitos grupos recuassem das margens dos rios para o interior ou levando-os ao declínio demográfico pelo contágio de doenças. Embora em muitos casos as narrativas residam em um discurso de sujeição dos índios às ordens monárquicas e religiosas, elas revelam diversidade e grupos populosos.

É necessário dissolver este contínuo silêncio documental que é feito quanto aos escassos relatos do século XVIII sobre as populações indígenas do alto rio Madeira. Na medida em que as pesquisas antropológicas e arqueológicas avançam nesta região, não há como abdicar dos relatos produzidos durante os primeiros contatos e agregá-los aos grupos indígenas que possuem uma longa trajetória. Esta é uma tentativa de tratar das relações históricas das

populações indígenas do alto rio Madeira, representando um esforço de dar sentido a significativos relatos históricos do século XVIII, cujas informações buscamos relacionar com elementos linguísticos, limitando-se ao exame dos etnônimos. Mas ainda falta muito para avançarmos sobre o conhecimento da história cultural dos povos que habitaram esta área.

## AGRADECIMENTOS

Aos professores Edinaldo Bezerra de Freitas, Lilian Maria Moser e Silvana Zuse da Universidade Federal de Rondônia pelas sugestões. À Denise Schaan pela leitura e comentários.

## NOTAS

<sup>1</sup>Nas transcrições diretas desses documentos, optamos por utilizar a grafia original.

<sup>2</sup>Respeitando os roteiros de viagem as descrições serão relatadas sempre do sentido norte para o sul, ou seja, do baixo para o alto rio Madeira. A cachoeira de Santo Antônio será considerada a primeira, e não a última.

<sup>3</sup>Fazemos referência apenas aos grupos que estão na área do alto rio Madeira, a relação completa dos etnônimos pode ser conferida em Leite (1943) e para uma discussão sobre estes, ver Menéndez (1981).

<sup>4</sup>Sua viagem foi narrada por um anônimo, cuja descrição encontra-se na obra *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* de João Capistrano de Abreu (1975).

<sup>5</sup>Este relato não menciona todas as cachoeiras do rio Madeira, bem como não relata outras do baixo Mamoré.

<sup>6</sup>Os *Matiri* são os mesmos *Camateris* do padre Rodrigues (Menéndez 1981).

<sup>7</sup>Observa-se que os *Baré* e *Ariquena* são originários dos rios Amazonas e Negro. Provavelmente foram transferidos para esta missão: “Em 1751 o P. Aleixo Antônio trouxe para ela [Aldeia de Trocano] muitos Índios do Rio Negro” (Leite 1943:403). Quando José Gonçalves da Fonseca (1875:230) esteve em Trocano, em 1749, relata em seu diário que o padre local havia partido para o rio Negro para “praticar” índios para esta missão. O padre Vitor Hugo (1959:41) menciona que os índios Mura também foram “aldeados” nesta missão.

<sup>8</sup>Para uma discussão mais aprofundada sobre as missões espanholas consulte a dissertação da historiadora Ione Pereira (2008).

<sup>9</sup>Desde 1733 era proibida a navegação do rio Madeira, que limitava a comunicação entre Mato Grosso e Belém em virtude das minas auríferas, pois a Coroa portuguesa receava o contrabando e o despoamento dos núcleos populacionais (Almeida 2009).

<sup>10</sup>A Edusp publicou novamente esta obra em 2006. O historiador Antônio Porro a revisou e atualizou algumas grafias dos nomes étnicos, reconheceu que os *Tocumá* seriam os mesmos *Tukumãfet* Tupí-Kawahib (Noronha 2006: 42-43). Os *Tukumãfet* são registrados por Nimuendajú (1981) no Mapa Etno-histórico no atual centro de Rondônia, especificamente próximo ao rio Branco, junto a um aglomerado de grupos Tupí. A fonte deste é C. Lévi-strauss, portanto, século XX. A informação dos *Tukumãfet* no rio Madeira reacende a discussão em torno dos estudos das migrações iniciadas por Nimuendajú (1924) e cotejadas por Menéndez (1981).

<sup>11</sup>Esta cachoeira conhecida por Iaguerites, depois da fundação desta povoação foi chamada de Teotônio.

<sup>12</sup>Sobre a confusão feita pelo etnônimo Caripuna que são atribuídos também a grupos Tupí-Kawahib nesta área, consultar Leonel (1995:41), Gomes et al. (2006) e Ramirez (2010:36).

<sup>13</sup>Esclarecemos que não temos conhecimento do vocabulário dos *Pama* que não foi apresentado por nenhum dos linguistas citados.

<sup>14</sup>Um ponto de conexão entre os rios Madeira e Purus foi sugerido por Hornborg & Eriksen (2011:131) em uma reconstrução hipotética do sistema regional Arawak por volta do século X d. C., cuja rota está na altura do rio Abunã no alto rio Madeira.

<sup>15</sup>A questão do possível contato entre os povos Pano do Ucayali e a elite Andina associada à figura Inca no período pré-colonial, encontra-se em Erikson (1992:144-145).

<sup>16</sup>Habitavam a cachoeira que levava a mesma designação dada para o grupo. Jaguaretu, traduzido do Tupí significa ‘onça’.

<sup>17</sup>Não deve ser confundido com os *Urupaya* do alto rio Xingu ou com os *Urupá* do rio Tapajós (Nimuendajú 1982, Métraux 1942).

<sup>18</sup>Luciana França (2012:59) entende que os *Juma* habitavam o rio Madeira nesta época (1723), mas esta ocupação seria no baixo curso próximo de onde, posteriormente, tornou-se a vila de Borba. Menéndez (1981:16), citando Hugo (1959:30), defende que o lugar onde a expedição de Francisco de Melo Palheta fez o seu arraial junto aos *Juma* é o mesmo onde João de Barros Guerra fundou um arraial para combater os *Torú* em 1716, ou seja, nas proximidades da Ilha das Onças (Nimuendajú 1982). Mesmo que fosse o mesmo lugar, esta ilha é muito distante de Borba e fica próxima da foz do rio Marmelos. No entanto, o viajante José Gonçalves da Fon-

seca aponta os dois locais onde teriam sido os arraiais: o de João de Barros Guerra em uma ribanceira na margem direita do rio Madeira, próxima da foz do rio Marmelos; e o de Francisco de Melo Palheta em uma terra firme alta na margem esquerda do rio Madeira em distância de 3 léguas (cerca de 20 km) a montante da foz do rio Ipixuna (Fonseca 1875: 239-240).

## REFERÊNCIAS

- Abreu, J.C. 1975. A bandeira de Francisco Melo Palheta ao Madeira, in *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Editado por J.C. Abreu, pp. 113-130. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Almeida, A.F. 2009. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). *Anais do Museu Paulista* 17: 215-235
- Almeida, F.J.L. 1944. *Diários de viagem de Francisco de José Lacerda e Almeida*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Amarante Ribeiro, L. A. 2003. Uma proposta de método quantitativo aplicado à análise comparativa das línguas Pano e Tacana. *Liames* 3: 135-147
- Amoroso, M. R. 1992. Corsários no caminho fluvial: Os Mura do rio Madeira, in *História dos Índios do Brasil*. Editado por M. C. da Cunha, pp. 297-310. São Paulo: Companhia das Letras.
- Baena, A.L.M. 2004. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal.
- Brandão, S. 2011. *O Séquito das Luzes nos confins da Amazônia*. Recife: Universitária UFPE.
- Brinton, D.G. 1891. *The American Race: a Linguistic Classification and Ethnographic Description of the Native Tribes of North and South America*. New York: N.D.C. Hodges.
- Chamberlain, A.F. 1913. Nomenclature and Distribution of the Principal Tribes and Sub-Tribes of the Arawakan Linguistic Stock of South America. *Journal de la Société des Américanistes* 10: 473-496.
- Córdoba, L., e D. Villar. 2009. Etnonímia y relaciones interétnicas entre los panos meridionales (siglos XVIII-XX). *Revista Andina* 49: 211-244.
- Cortesão, J. 1958. *Rapôso Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do Ministério da Educação e da Cultura.
- Costa, A. F. 2013. Entre artefatos e narrativas: *A história indígena do alto rio Madeira a partir dos relatos dos viajantes do século XVIII*. Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Rondônia, Brasil.
- Crevels, M., & H. Van der Voort. 2008. The Guaporé-Mamoré region as a linguistic area, in *From linguistic areas to areal linguistics*. Editado por P. Muysken, pp. 151-179. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Erikson, P. 1992. Uma Singular Pluralidade: A Etno-história Pano, in *História dos Índios do Brasil*. Editado por M. C. da Cunha, pp. 239-252. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ferreira, A.R. 2008. *Viagem ao Brasil: A expedição filosófica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá* (vol. II). Organizado por J. P. M. Soares, & C. Ferrão. Rio de Janeiro: Kapa.
- \_\_\_\_\_. 2007. *Viagem ao Brasil: A expedição filosófica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá* (Vol. III). Organizado por J. P. M. Soares, & C. Ferrão. Rio de Janeiro: Kapa.
- \_\_\_\_\_. 2005a. *Viagem ao Brasil: A expedição filosófica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá* (Vol II). Orga-

- nizado por J.P.M. Soares, & C. Ferrão. Rio de Janeiro: Kapa.
- \_\_\_\_\_. 2005b. *Viagem ao Brasil: A expedição filosófica pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá* (Vol III). Organizado por J.P.M. Soares, & C. Ferrão. Rio de Janeiro: Kapa.
- Fonseca, J. G. 1875. Voyage made from city of the Gram Pará to the mouth of the river Madeira by the expedition which ascended this river to the mines of Mato Grosso, by especial order of His Faithful Majesty, in the year 1749; written by José Gonsalves da Fonseca in the same year, in *Explorations made in the valley of the river Madeira, from 1749 to 1868*. Organizado por G.E. Church, pp. 203-355. National Bolivian Navigation Company.
- Fonseca, J. S. 1881. *Viagem ao Redor do Brasil - 1875-1878* (Vol. II). Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C.
- França, L.B. C.2012. *Caminhos cruzados: parentesco, diferença e movimento entre os Kágnabina*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- Freitas, E.B. 2009. Índios de Rondônia. Vozes da (des)integração e Imaginário da sobrevivência, in *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*.
- Galvão, E. 1979. Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1959, in *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil*, pp. 193-228. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Gomes, G. J. et al. 2006. Língua Karipuna Pano: um estudo introdutório, in *Anais da II Jornada de Educação e Ciências Sociais do Instituto Superior de Educação*, pp. 1-9. Anápolis: UniEvangélica.
- Gordon, F. 2006. *Os Kulina do sudoeste amazônico: história e socialidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- Hornborg, A., & L. Eriksen. 2011. An Attempt to Understand Panoan Ethnogenesis in Relation to Long- Term Patterns and Transformations of Regional Interaction in Western Amazonia, in *Ethnicity in Ancient Amazonian: Reconstructing Past Identities from Archaeology, Linguistic and Ethnohistory*. Editado por A. Hornborg, & J.D. Hill, pp. 129-151. Boulder: University Press of Colorado.
- Hugo, V. 1959. *Desbravadores* (Vol. I). Humaitá: Missão Salesiana.
- Lathrap, D.W. 1970. *The Upper Amazon*. London: Thames & Hudson.
- Leite, S. 1943. *História da Companhia de Jesus no Brasil* (Vol. III). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Leonel, M. 1995. *Etnodocéia Uruêu-Au-Au*. São Paulo: Edusp.
- Mason, J. A. 1950. The Languages of South American Indians, in *Handbook of South American Indians* (Vol. VI). Editado por J. Steward, pp. 157-317. Washington D. C.: Smithsonian Institution/Bureau of American Ethnology.
- Meireles, D. M. 1989. *Guardiães da fronteira: Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Vozes.
- Menéndez, M. 1992. A área Madeira-Tapajós: situação de contato e a relação entre colonizador e indígenas, in *História dos Índios do Brasil*. Editado por M. C. da Cunha, pp. 281-296. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. 1981. *Uma contribuição para a Etnohistória da área Tapajós-Madeira*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Métraux, A. 1942 *The native tribes of eastern Bolivia and western Matto Grosso*. Washington: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology.

- Miller, E.T. 2009. A Cultura Cerâmica do Tronco Tupí no Alto Ji-Paraná, Rondônia, Brasil: algumas reflexões teóricas, hipotéticas e conclusivas. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica* 1: 35-136.
- \_\_\_\_\_. 1987. Inventário arqueológico da bacia e sub-bacias do rio Madeira – 1974-1987. Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores S. A..
- Miller, E.T., et al. 1992 *Arqueologia nos Empreendimentos Hidrelétricos da Eletronorte*. Brasília: Eletronorte.
- Moraes C. P., e Neves, E.G. 2012. O ano 1000: Adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. *Amazônica* 4: 122-148.
- Moreira Neto, C. A. 1988. *Índios da Amazônia: De maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes.
- Nimuendajú, C. 1982. As Tribos do Alto Madeira (1925), in *Textos indigenistas*. pp. 111-122. São Paulo: Loyola.
- \_\_\_\_\_. 1981. Mapa *etno-histórico*. Rio de Janeiro: IBGE.
- \_\_\_\_\_. 1963. The Cawahíb, Parintintin and their neighbors, in *Handbook of South American Indians* (Vol. III). Editado por J. Steward, pp. 283-297. Washington D. C.: Bureau of American Ethnology.
- \_\_\_\_\_. 1924. Os índios Parintintin do rio Madeira. *Journal de la Société des Américanistes* 16: 201-278.
- Noronha, J. M. 2006. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província*. São Paulo: Edusp.
- \_\_\_\_\_. 1862. *Roteiro da viagem da cidade do Pará, até as últimas colônias do sertão da província (1768)*. Pará: Typographia de Santos & Irmãos.
- Pärssinen, M. et al, 2003. Fortifications related to the Inca Expansion, In *Western Amazonia – Amazonia Ocidental: Multidisciplinary, studies on ancient expansionistic movements, fortifications and sedentary life*. Editado por M. Pärssinen & A. Korpisaari, pp. 29-72. Helsinki: Renvall Institute Publications 14.
- Pereira, I. A. M. C. 2008. *Missão Jesuítica Colonial na Amazônia Meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Porro, A. 2011. Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* 6: 575-592.
- \_\_\_\_\_. 2006. Introdução à obra de José Monteiro de Noronha, in *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província*. São Paulo: Edusp.
- \_\_\_\_\_. 1995. *O Povo das Águas: ensaios de etno-história*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Ramirez, H. 2010. Etnônimos e topônimos no rio Madeira (séculos XVI-XX): um sem-número de equívocos. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica* 2:13-58.
- \_\_\_\_\_. 2006. Línguas Indígenas no Alto rio Madeira: Estatuto atual e bibliografia básica. *Língua Viva* 1 (1).
- Rivet, P., e C. Tastevin. 1938. Les langues Arawak du Purús et du Juruá. *Journal de la Société des Américanistes* 30: 71-114.
- Roquette-Pinto, E. 1950. *Rondônia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- Southey, R. 1965. *História do Brasil* (Vol. V). São Paulo: Obelisco.
- Taunay, A. E. 1946. *História Geral das Bandeiras Paulistas: Final da campanha de Palmares – Bandeiras da Amazônia, Maranhão, Piauí e Bahia* (Vol. VIII). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

\_\_\_\_\_. 1927. *História Geral das Bandeiras Paulistas: Cyclo da caça ao índio – Luctas com os hespanboes e os jesuítas – O grande périplo raposiano (Vol. III)*. São Paulo: Typ. Ideal – H. L. Canton.

Urban, G. 1992. A história da cultura Brasileira segundo as linguas nativas, In *História dos Índios no Brasil*. Organizado por M. Carneiro da Cunha, pp. 87-102. São Paulo: Companhia das Letras.

Viveiros de Castro, E. 1996. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana* 2: 115-144.

Recebido em 03/12/2013

Aprovado em 28/02/2014